

A polêmica das cotas

Mariana Rolemberg NOTÁRIO

Muito vem se falando sobre cotas, em razão do projeto de lei já aprovado pelo congresso, que impõe a implantação de cotas nos processos seletivos para ingressar numa universidade federal. Além disso, o Governo prevê também uma futura implantação das mesmas em institutos e fundações de ensino superior, mantidos com verbas públicas federais. O fato é que a dívida histórica racial do Brasil com os negros e até mesmo com os índios existe. Mas existe também, por assim dizer, uma dívida histórica com os imigrantes italianos, por exemplo, que vieram ao Brasil na crença de encontrar um paraíso, e foram praticamente escravizados também. São proporções diferentes, mas ainda assim existiu. Porém independente das dívidas dos passados dessas populações, existem outros fatos os quais nos levam a questionar o sistema de cotas, como a própria discriminação, proibida por leis em nosso país, mas que incita as cotas. Um negro, um índio, não tem capacidades suficientes para concorrer com o branco? Afinal, diferenciar é, nesse caso, discriminar. Outro direito previsto por lei em relação aos índios é de que sua cultura seja respeitada. Os índios nunca tiveram como parte da sua cultura a formação em um ensino superior. Não que o ingresso de um índio no ensino superior deva ser proibido, pelo contrário. Mas que ele seja igualado, já que não existem instituições diferenciadas, CULTURALMENTE falando. Contudo, na situação em que o Brasil se encontra, a criação de cotas pode ser sim interessante... Para as pessoas de baixa renda, por exemplo. O único problema é a deficiência na fiscalização, que acaba beneficiando pessoas mal intencionadas, que procuram burlar o Governo e aproveitam-se desse benefício, e tiram as oportunidades dos que realmente necessitam. Mais um caso interessante seria as cotas para cursos elitistas, como o de Medicina. Um curso que exige anos de cursinhos ou excelentíssimas escolas, e acaba se tornando curso “selecionador de renda”. E ainda assim, com cotas pré-estabelecidas suprimindo as reais necessidades do povo, todos os casos deveriam exigir dos cotistas que esses atingissem uma pontuação pré-determinada para cada curso. Mas a verdade é que todo e qualquer sistema de cota poderia ser completamente ignorado. Bastava o investimento maciço, correto e igualitário em educação PÚBLICA. Que não se investisse mais em escolas urbanas do que em escolas rurais. Que se investisse desde o pré até o último ano de ensino médio, na formação de professores, que se capacitassem de maneira correta muitos deles. Com esses investimentos, aliados ao FIES e PROUNI, o Brasil teria educação de qualidade para todos, com igualdade, sem preconceitos. Por isso é preciso que o povo faça nascer a verdadeira democracia, lutando por seus direitos e para que se cumpram os deveres dum Governo justo!

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas. Cotas raciais. Universidades Federais. Ensino público.